



ATIVIDADES DE TREINO

Ação Civil Pública

Prof. Líbero Filho





PEÇA PRÁTICO - PROFISSIONAL

(FCC - 2018 - adaptada) Com fundamento na Lei no 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), pais de alunos com paralisia cerebral e cadeirantes constituíram associação “Cuidado”, em cujos fins institucionais encontra-se a possibilidade de defender em juízo e fora dele os interesses daqueles e de outros vulneráveis, nas mesmas condições. Dois anos após sua criação, decidiram em assembleia promover demanda coletiva em face do Município onde residiam para compeli-lo, assim como as empresas prestadoras do serviço de transporte, a tornar acessível a respectiva frota, visto que sempre que questionados o argumento das autoridades era o de que não havia recursos disponíveis para tal implementação.

Considerando os dados acima, na condição de advogado(a) contratado(a) pela Associação Cuidado, elabore a medida judicial cabível para o enfrentamento do problema, inclusive com providências imediatas, de modo que seja oferecido atendimento e mudanças no regime dos transportes para uma maior acessibilidade. A demanda exigirá dilação probatória. (Valor: 5,00)

Obs: a peça deve abranger todos os fundamentos de direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.



Modelo da Peça Prático-profissional

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ... VARA CÍVEL DA COMARCA ...

ASSOCIAÇÃO CUIDADO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº..., com sede em..., por meio de seu advogado, conforme procuração anexa, com escritório..., endereço que indica para os fins do art. 77, V, do CPC, vem, respeitosamente, com fundamento no art. 129, III e §1º, da CRFB/88 e da Lei 7.347/85, propor **AÇÃO CIVIL PÚBLICA**, em face do Município... com sede em ... e do Serviço de Transporte, com sede em..., conforme fatos e fundamentos que se seguem.

I - DOS FATOS

Foi constituída associação para defender em juízo e fora dele os interesses de pessoas com paralisia cerebral e cadeirantes. Dois anos após sua criação, foi decidido em assembleia promover demanda coletiva em face do Município onde residiam para tornar acessível a frota de serviço de transporte, visto que sempre que questionados, o argumento das autoridades era o de que não havia recursos disponíveis para tal implementação. Assim, não restaram alternativas ao autor senão o ajuizamento da presente ação.

II - DA TUTELA DE URGÊNCIA

O art. 12 da Lei 7.347/85 prevê a possibilidade do pedido de tutela de urgência em sede da Ação Civil Pública. No caso em tela, em atenção ao art. 300 do CPC, a probabilidade do direito está nos fatos e fundamentos apresentados e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo é notório com a lesão ao interesse coletivo com ausência de prestação de serviço de transporte para alunos com paralisia cerebral e cadeirantes do município e região.

III - DO CABIMENTO DA AÇÃO

O cabimento exclusivo da ação civil pública decorre do fato de o objetivo da demanda judicial ser a defesa do direito à locomoção por transporte público com acessibilidade de alunos com paralisia cerebral e cadeirantes, nos termos das finalidades estatutárias da Associação Cuidado, e não eventual defesa de direito ou interesse individual. Como se discute a qualidade do serviço público de transporte e locomoção, trata-se de típico interesse difuso, enquadrando-se no Art. 1º, incisos IV e VIII, da Lei nº 7.347/85.

IV - DA COMPETÊNCIA

De acordo com o art. 125, §1º da CF/88 é competência do 1º grau da Justiça Estadual, através da Vara Cível, o julgamento da presente ação, considerando a inclusão do Município ... no polo passivo da demanda.



V - DA LEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA

A legitimidade ativa da Associação Cuidado decorre do fato de ter sido constituída há mais de 1 (um) ano e destinar-se à defesa de alunos com paralisia cerebral e cadeirantes em juízo e fora dele, atendendo ao disposto no Art. 5º, inciso V, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 7.347/85.

A legitimidade passiva do Município... e do Serviço de transporte é justificada por ser o responsável pela gestão do transporte público do município.

VI - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Conforme o que foi exposto, de início, cabe ressaltar a existência do direito à proteção da dignidade humana, consagrada no Art. 1º, inciso III, da CRFB/1988, que está sendo violada pela impossibilidade do transporte e locomoção de alunos com paralisia cerebral e cadeirantes, visto que os transportes fornecidos não são adaptados para o deslocamento desses.

Além disso, a efetivação do direito fundamental de locomoção, prevista no Art. 5º, XV, da CRFB/88, deve ser garantida aos alunos com paralisia cerebral e cadeirantes, além de outras pessoas com deficiência que podem usufruir do serviço.

Paralelo a isso, temos que é competência do Município organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial conforme no Art. 30, inciso V, da CRFB/88, nesse viés, deve a presente ação prosperar.

VII - DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

- a) a concessão da liminar, para impor ao Município e ao serviço de transporte a prestação adequada do serviço público transporte no município (art. 12 da Lei 7.347/85 e art. 300 do CPC);
- b) que seja confirmada a medida cautelar, julgando procedente o pleito autoral, impondo definitivamente ao Município e o serviço de transporte a prestação adequada do serviço público de transporte;
- c) a citação do Réu no endereço já apresentado (art. 238, CPC);
- d) a intimação do Representante do Ministério Público (art. 5º, §1º, da Lei 7347/85);
- e) a juntada de documentos (art. 320 do CPC);
- f) a condenação dos réus em honorários advocatícios e custas processuais (art. 82, §2º e 85 do CPC);
- g) a produção de todos os meios de prova em direito admitidas, na forma do art. 319, VI, do CPC.



A parte autora manifesta interesse pela realização de audiência, conforme, conforme 319, VII, do CPC.

Dar-se-á causa o valor de R\$..., conforme o art. 319, V, do CPC.

Termos em que pede deferimento.

Local, data...

Advogado...

OAB nº...

Distribuição de pontos

ITEM	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO DO ALUNO
Endereçamento		
1. A petição deve ser endereçada ao Juízo Cível da Comarca... ou Juízo de Fazenda Pública da Comarca... (0,10).	0,00/0,10	
Qualificação das partes		
2. A demandante é a Associação Cuidado (0,10), figurando como demandado o Município... e Serviço de transporte (0,10)	0,00/0,10/0,20	
Cabimento da ação		
3. O cabimento exclusivo da ação civil pública decorre do fato de o objetivo da demanda judicial ser a defesa do direito à locomoção por transporte público com acessibilidade de alunos com paralisia cerebral e cadeirantes, nos termos das finalidades estatutárias da Associação Cuidado, e não eventual defesa de direito ou interesse individual (0,40). Como se discute a qualidade do serviço público de transporte e locomoção,	0,00/0,40 /0,70/0,90	



trata-se de típico interesse difuso (0,30), enquadrando-se no Art. 1º, incisos IV e VIII, da Lei nº 7.347/85 (0,20).		
Legitimidade ativa e passiva		
4. A legitimidade ativa da Associação Cuidado decorre do fato de ter sido constituída há mais de 1 (um) ano (0,10) e destinar-se à defesa do patrimônio social e do direito à saúde de todos (0,10), atendendo ao disposto no Art. 5º, inciso V, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 7.347/85 (0,10). 5. A legitimidade passiva do Município... e Serviço de Transporte é justificada por ser o responsável pela do transporte municipal (0,10).	0,0/0,10 0,20/0,30 0,40	
Fundamentos		
6. Proteção da dignidade humana (0,30), consagrada no Art. 1º, inciso III, da CRFB/1988 (0,20); 7. Efetivação do direito fundamental de locomoção (0,60), prevista no Art. 5º, XV da CRFB/88 (0,20); 8. Competência do Município para organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial (0,40), prevista no Art. 30, V, da CRFB/88 (0,20);	0,0/0,30 0,50/1,10 1,30/1,70 1,90	
Tutela de urgência		
9. Demonstrar a presença do fumus boni iuris (0,30); 10. Demonstrar a presença do	0,0/0,30 0,60	



periculum in mora (0,30).		
Pedidos		
11. A concessão da liminar, para impor ao Município e ao serviço de transporte a prestação adequada do serviço público transporte no município (art. 12 da Lei 7.347/85); (0,10) 12. Que seja confirmada a medida cautelar, julgando procedente o pleito autoral, impondo definitivamente ao Município e o serviço de transporte a prestação adequada do serviço público de transporte; (0,10) 13. A citação do Réu no endereço já apresentado (art. 238, CPC); (0,10) 14. A intimação do Representante do Ministério Público (art. 5º, §1º, da Lei 7347/85); (0,10) 15. A juntada de documentos (art. 320 do CPC); (0,10) 16. A condenação dos réus em honorários advocatícios e custas processuais (art. 85 do CPC); (0,10) 17. A produção de todos os meios de prova em direito admitidas, na forma do art. 319, VI, do CPC (0,10).	0,0/0,10 0,20/0,30/0,4/ 0,50/0,60/0,70	
Fechamento		
18. Valor da causa... (0,10) 19. Local..., Data..., Advogado...e OAB... (0,10)	0,0/0,10 0,20	



Palavras-chave (procure no índice)



AÇÃO CIVIL PÚBLICA: Art. 129, III e § 1º, da CRFB/88; Lei 7.347/1985; De responsabilidade por danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários: Lei 7.913/1989; Art. 81, CDC.

DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: Art. 1º, III, da CRFB/88.

PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: Art. 1º, III, da CRFB/88.

DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS: Liberdade de locomoção - art. 5º, XV, da CRFB/88.

SAÚDE PÚBLICA / DEFICIENTE / PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS: Proteção e garantia - art. 23, II, da CRFB/88.